



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria Estadual de Saúde
Gerência de Demandas Judiciais em Saúde

RELATÓRIO (4) – CENTRO DE NEGOCIAÇÃO PREVENTIVA EM SAÚDE
Período: 1.º de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Em atendimento ao inciso I do art. 29 do Decreto n. 5.566-R/ 2023 segue relatório sintético do SEGUNDO SEMESTRE do ano de 2025.

Assim como no projeto piloto foram atendidas demandas extrajudiciais para (a) **internações clínicas**, (b) **consultas e exames** ambulatoriais.

Objeto das autocomposições ocorridas	internações clínicas
Quantitativo dos casos recebidos	522
N. dos processos administrativos relativos às negociações preventiva	522
Casos em que se alcançou a autocomposição	400
Taxa de êxito (%)	76,63

Fonte: art. 30 do Decreto n. 5.566-R/ 2023.

Quanto as **internações clínicas** podemos considerar uma estabilidade, manutenção dos índices com referência ao relatório anterior, apesar do aumento absoluto nas negociações.

Objeto das autocomposições ocorridas	consultas e exames
Quantitativo dos casos recebidos	830
N. dos processos administrativos relativos às negociações preventiva	476
Casos em que se alcançou a autocomposição	395
Taxa de êxito (%)	83,07

Fonte: art. 30 do Decreto n. 5.566-R/ 2023.



**Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria Estadual de Saúde
Gerência de Demandas Judiciais em Saúde**

Bem como no item anterior, as **consultas e exames**, apresentam a mesma estabilidade e pelas mesmas razões, enfatizando aumento no quantitativo de demandas respondidas.

Faz conveniente informar mudança na equipe (praticamente toda) contudo sem decréscimo na qualidade negocial, conformando assim, no cômputo geral uma taxa de resolutividade de 79,85% no período.

Ainda, avançam as tratativas para assimilação das demandas por **medicamentos** no CNP, sendo pretendida a incorporação até o final deste ano.

Por fim, importante salientar a participação/ adesão à iniciativa é preponderantemente do Ministério Público Estadual (95,31% para internações clínicas e 69,74% para consultas e exames), seguido da Defensoria Pública Estadual (4,63% e 24,49%, respectivamente) - diga-se bem abaixo do esperado - apesar das inúmeras investidas e disponibilidade, sendo irrisórios a outros órgãos.

É o relatório.

Vitória, 22 de janeiro de 2026.

Fabício Santos Neves
Pesquisador
Laboratório de Inovação em Direito à Saúde

Ludmilla Gripa Barcellos dos Santos
enfermeira
Assessoria de Demandas Judiciais em Saúde

Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo
Coordenador
Laboratório de Inovação em Direito à Saúde

Malcon Robert Ceciliotti Gonçalves
Assessor de Demandas Judiciais em Saúde

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FABRICIO SANTOS NEVES
SUPERVISOR INOVAÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO EM
DEMANDAS JUDICIAIS NA SAÚDE
ICEPI - SESA - GOVES
assinado em 22/01/2026 12:30:36 -03:00

CRISTIANO LUIZ RIBEIRO DE ARAUJO
COORDENADOR INOVAÇÃO E DIREITO SANITÁRIO
ICEPI - SESA - GOVES
assinado em 22/01/2026 16:20:58 -03:00

LUDMILLA GRIPA BARCELLOS DOS SANTOS
ENFERMEIRO - QSS
ASDEJ - SESA - GOVES
assinado em 22/01/2026 12:55:19 -03:00

MALCON ROBERT CECILIOTTI GONÇALVES
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL III QCÉ-01
ASDEJ - SESA - GOVES
assinado em 22/01/2026 13:12:46 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 22/01/2026 16:20:58 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por FABRICIO SANTOS NEVES (SUPERVISOR INOVAÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO EM DEMANDAS JUDICIAIS NA
SAÚDE - ICEPI - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-TT23ZL>